

UMA OPÇÃO DE QUALIDADE: A GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA EM EaD

A. F.V. Ney¹

¹AVM – Faculdade Integrada
antonio-ney1@hotmail.com - antonioney@avm.edu.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta e analisa uma metodologia utilizada para o planejamento, implementação e gestão de um curso superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade de educação a distância (EaD). Tal curso é um grande desafio tendo em vista dois fatores importantes: ser uma graduação tecnológica e a oferta em EaD. Diante do exposto, um primeiro passo tomado foi a pesquisa para fundamentar as questões teóricas que envolvem os dois fatores complicadores para a proposta do curso e como vencê-los. Posteriormente, o artigo descreve o trabalho para a construção do curso e finalmente é realizada uma avaliação de toda a metodologia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Graduação Tecnológica, Educação a Distância.

AN OPTION FOR QUALITY: GRADUATION IN TECHNOLOGICAL DL

ABSTRACT

This paper presents and analyzes a methodology for planning, implementation and management of a degree in Technology in Public Management in the modality of distance education (DE). This course is a great challenge bearing in mind two important factors: being a technological undergraduate and supply in distance education. Given the above, a first step was taken research to substantiate the theoretical issues surrounding the two complicating factors to the proposed course and how to beat them. Subsequently, the paper describes the work to build the course and finally an evaluation of the entire methodology is performed.

KEYWORDS: Education, Graduate Technology, Distance Education.

UNA OPCIÓN PARA LA CALIDAD: LA GRADUACIÓN EN DL TECNOLÓGICO

RESUMEN

Este artículo presenta y analiza una metodología para la planificación, implementación y gestión de un grado en Tecnología en Gestión Pública en la modalidad de educación a distancia (DE). Este curso es un gran desafío teniendo en cuenta dos factores importantes: ser un universitario tecnológico y de suministro en la DE. Teniendo en cuenta lo anterior, un primer paso se dio la investigación para fundamentar las cuestiones teóricas que rodean los dos factores que complican al

curso propuesto y cómo vencerlos. Posteriormente, el artículo describe el trabajo de construir el curso y, finalmente, se realiza una evaluación de toda la metodología.

Palavra chave: Educação, Graduado de Tecnologia, Educação a Distância.

UMA OPÇÃO DE QUALIDADE: A GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA EM EaD

INTRODUÇÃO

Este artigo envolve a discussão em torno de uma metodologia utilizada para o planejamento, implementação e gestão de um curso superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade de Educação a Distância (EaD). Este curso para ser instituído e ter sucesso deve vencer dois fatores graves: o primeiro, corresponde a graduação tecnológica e o outro se refere à educação a distância.

Os egressos da graduação tecnológica têm encontrado grande dificuldade de aceitação por parte do mercado de trabalho e, muitas vezes, quando aceitos, são subempregados com baixos salários. A dificuldade é ampliada quando a formação está na área de conhecimento das profissões regulamentadas como a Engenharia e a Administração. Os bacharelados e os técnicos das profissões regulamentadas não têm aceito com “bons olhos” esses profissionais em função da luta por reserva de mercado. Tais egressos possuem poucas condições de enfrentamento a este problema tendo em vista a inexistência de sindicatos ou de representações de classes.

A aceitação nos concursos públicos também é um fator preocupante, principalmente quando é observado que os diversos planos de cargo dos órgãos públicos não têm previsão de cargos para os tecnólogos. Mesmo diante de tais problemas é o tipo de graduação que mais cresce no Brasil, além de ser uma oferta profissional interessante para o empregador tendo em vista que o seu espaço ocorre na operação das atividades (popularmente denominada de chão-de-fábrica) das empresas privadas e órgãos públicos tão carente de profissionais qualificados no nível operacional.

Independente das questões referentes à graduação tecnológica, existe o problema da oferta de educação a distância. A EaD vem do passado como uma educação de segunda categoria e de natureza inferior na visão da maior parte dos educadores e da população. Ela era caracterizada por cursos por correspondência ou pelo rádio/TV, mas tinha um relacionamento professor-aluno unidirecional e realizada geralmente para os menos favorecidos e cursos livres.

Após a LDB (Lei nº 9394/96), a EaD passou a ter uma concepção bem diferente do passado, pois a possibilidade de ser oferecida na educação básica e na educação superior criou um novo cenário e novos horizontes. Entretanto, a resistência por parte de vários segmentos ainda provoca problemas que agravam o acesso dos egressos ao mundo do trabalho.

A oferta do curso na área de Gestão Pública implica em uma proposta que visa atender à Administração Pública carente de bons funcionários, inclusive a previsão de substituição dos quadros funcionais da União é grande, pois mais de 67 % do pessoal tinha idade superior a 41 anos em maio / 2012, ou seja a maioria está próximo a

aposentadoria (MPOG, 2012). Este pessoal para ser substituído deve ser altamente qualificado e especializado para trabalhar no serviço público, nas parcerias públicoprivadas ou em instituições privadas para atender as demandas da gestão pública.

Do exposto, ao se optar por ofertar um curso em EaD com organização e estrutura que atenda um perfil profissional que tenha possibilidade de emprego no serviço público se tem um grande desafio tendo em vista que terá que vencer as barreiras expostas.

As questões a serem abordadas no presente artigo são: é possível preparar um curso de qualidade para a formação de tecnólogos em Gestão Pública na modalidade de EaD? Como deve ser constituída a equipe multidisciplinar para planejar e implementar tal curso? Como estabelecer o perfil profissional a luz do mercado de trabalho? E como desenvolver o currículo para atender ao perfil profissional de egresso construído?

Para responder as questões, optou-se por estudar os fundamentos teóricos da educação a distância, as bases teóricas dos cursos de tecnólogos e os referenciais de qualidade da educação superior de modo a esclarecer como deve ser montado o curso para se obter os resultados esperados.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Um dos pontos primordiais para se pensar em um curso de EaD se refere à questão da interatividade, pois o grande desafio da educação para o Século XXI gira em torno da mudança de paradigma com o afastamento da “educação bancária”, citada por Paulo Freire, cuja características principais são: a transmissão professoraluno (onde o professor é um transmissor do conhecimento e o aluno é um mero receptor) e a mínima participação oral do aluno nas salas de aulas.

Michael Moore (1989) destaca que além dessa relação professor-aluno, temos mais duas outras dimensões: aluno-aluno e aluno-material (conteúdo do curso) que são também desenvolvidas de modo unidirecional. Assim, é decisivo para o processo ensino-aprendizagem que a interação e a autonomia sejam incentivadas e buscada durante o tempo inteiro, principalmente em um curso na modalidade de EaD. Tais ideias também são compartilhadas por Belisário (2006) que destaca a necessidade de se pensar em qualidade no contexto das três dimensões citadas, sendo que a interatividade tem que ser trabalhada e ocorrer nas três dimensões que Moore cita.

Silva (2001) condena a permanência nos cursos presenciais, nas “telessalas” ou nas “teleaulas” da centralização do modelo comunicacional baseado no falar-ditar do professor que se encontra enraizado nas nossas escolas. O modelo se caracteriza na transmissão maciça de informações e de conhecimentos mesmo ignorando a sociedade do conhecimento, a era digital ou sociedade em rede como se desejar chamar. Não há construções coletivas, inclusive os trabalhos em grupo são feitos, muitas vezes, por um aluno que coloca o nome dos demais como elaboradores, ou

seja, uma farsa em muitos casos. A escola permanece a mais de cinco mil anos estruturada na centralidade do professor falar e ditar o conhecimento para o aluno sem levar em consideração a tecnologia e a dinâmica que a sociedade atual exige. Assim, este modelo tem que ser substituído.

A interatividade não é um conceito da informática, mas da comunicação segundo Silva (*idem*). Ele diz que para a existência da interatividade são necessárias duas disposições fundamentais: a dialogica que associa emissão e recepção como polos antagônicos e complementares na co-criação da comunicação e a intervenção do usuário ou receptor no conteúdo da mensagem ou em programas abertos a modificações.

Estas disposições promovem uma alteração fundamental no processo de comunicação e no processo de ensino-aprendizagem, pois o aluno tem a possibilidade de agir ativamente sobre a mensagem tendo em vista que irá ouvir, ler, ver, falar, escrever, alterar, selecionar, gravar, ou seja, deixará de ser um mero receptor passivo para se tornar um ativo construtor de conhecimento em sala de aula. Veja que o aluno passa a ser um interventor e a mensagem toma outra significação (SILVA, *op. cit.*).

A ligação unidirecional (emissor-mensagem-receptor) fica sem espaço em confronto com a interatividade, pois o aluno irá: agir com intervenção, existirá uma relação bidirecional e em múltiplas conexões em rede.

Em resumo, a participação coletiva por meio da interatividade aluno-aluno e professor-aluno acabam ocorrendo naturalmente, bem como a relação aluno-material também se torna outra.

Silva (*op.cit.*) critica a existência de gradações de interatividade a luz das duas disposições citadas. Entretanto, o autor apresenta uma escala descrita por terceiros que encontra-se abaixo:

(...) “grau zero” para o videocassete e o livro por causa da disposição linear e sequencial do filme ou texto; “grau um” para o videogame que permite movimentar imagens na tela em roteiros predeterminados; “grau dois” para a interatividade de “seleção” num banco de dados onde o usuário faz escolha num menu arborescente, com ramificações obrigatórias; “grau três” para a interatividade de imersão em ambientes virtuais, 3D, que permite passear sem modificar conteúdos; “grau quatro”, o mais elevado, a interatividade de “conteúdo”, isto é, aqui o usuário dispõe de todos os graus anteriores além da possibilidade de modificar o conteúdo da mensagem, seja de texto, imagem ou som.” (KRETZ, 1985 apud SILVA, 2001).

Esta posição de Silva criticando as gradações de interatividade não é indicativa de uma verdade absoluta, pois autores como Schrum (s/d) discordam desta posição. Schrum (*op.cit.*) apresenta os padrões estabelecidos pela Sociedade Internacional para Tecnologia na Educação (ISTE) e pela Associação Nacional de Certificação para a Formação de Professores (NCATE) e afirma que tais padrões são necessários para identificar (certificar) os professores capazes de orientar o uso da tecnologia na educação.

Ele fundamenta que o professor é o indivíduo que faz a diferença em sala de aula e é o elemento chave para transformar o ensino e a aprendizagem. Ele acrescenta que os professores relatam que acabam se sentindo despreparados para implementar a tecnologia na sala de aula. Este cenário que é preocupante nos Estados Unidos, é bem mais grave no Brasil. Assim, na tabela 1 temos os padrões aceitos e tomado como base nas certificações americanas desde 1996 pela maioria dos Estados e instituições pedagógicas”. (SCHRUM, *op. cit.*, p.26).

O autor mencionado deixa claro que o ideal é capacitar o professor em todas as atividades ao mesmo tempo, embora os níveis possam ser trabalhados em um programa sequencial.

Tabela 1: Padrões Fundamentais de uso de tecnologia da ISTE/NCATE.

NÍVEL	ÁREAS DE ATIVIDADES	OPERAÇÕES DE CADA ATIVIDADE
1	Operações e conceitos básicos de computação	Instalar software, operar o sistema, uso da Terminologia; começar a resolver problemas.
2	Uso pessoal e profissional	Uso dos instrumentos periféricos; conhecimento de usos no comércio, indústria, sociedade; ferramentas de produtividade (textos, banco de dados, planilhas, apresentações, comunicação); acesso a informação por meios eletrônicos; resolução de problemas, coletas de dados, administração das informações, tomada de decisões; recursos para adaptação a necessidades especiais; apresentação.
3	Tecnologia na instrução	Avaliação de ferramentas de aplicação e softwares educacionais; uso de ferramentas de aplicação e softwares educacionais com estudantes; desenvolver atividades de aprendizado cooperativo para estudantes integrando a tecnologia.

4	Impacto social, ético e humano	Avaliação adequada; conhecimento dos aspectos de igualdade, éticos, legais e humanos; prática e uso responsável, ético e legal da tecnologia, informação e do software; desenvolver atividades de aprendizado para estudantes que fomentem o uso justo, ético e legal da tecnologia pelos estudantes.
---	--------------------------------	---

Fonte: Padrões fundamentais ISTE/NCATE para o uso de tecnologia por professores em educação apud Shcrum, s/d.

No Brasil não existe a certificação mencionada para a utilização da tecnologia educacional com garantia de qualidade na EaD como a existente em outros países. Entretanto, é lógico que não podemos pensar em EaD sem considerar esta limitação do corpo docente com relação ao domínio do conhecimento da tecnologia capaz de impulsionar a modalidade em consonância com uma qualificação (ou especialização) em planejamento, implementação e gestão apropriada.

A interatividade não acontece apenas pelo discurso ou por proposta, mas pela ação do professor que substitui a transmissão pela proposição do conhecimento. Esta proposição ocorre em função da negociação com o aluno da construção do conhecimento com a formulação de situações-problema, arquitetando itinerários diferenciados, coordenando equipes de trabalho em sala de aula, motivando, incentivando pesquisas e trabalhos individuais e coletivos realizados nas atividades educacionais.

O problema da falta de interatividade no processo de aprendizagem pode ser visto nos próprios cursos de educação a distância, onde o professor, muitas vezes, considera interativa uma programação que possui fóruns ou chats, bem como o uso de e-mails ou *softwares*, mas não mudando o seu modo de comunicação que permanece o mesmo, ou seja, de “A” para “B” ou de “A” sobre “B” conforme Silva (2001) destaca como uma pobre interação. Assim, o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) deve permitir a efetiva interatividade, integração e, principalmente a participação do aluno e a qualidade tem que ser pesquisada para evitar a falta de interação. (BELISÁRIO, 2006).

Outro ponto fundamental a ser pensado se refere ao material didático impresso (MDI) que deve estar em consonância com o AVA, pois ele irá promover a comunicação professor-aluno. Assim, o MDI tem que ser desenvolvido em texto simples, objetivo e claro de modo a motivar o aluno. Terçariol (2011) ressalta que o público alvo a que se destina o processo de aprendizagem tem que ser analisado de modo que exista facilidade na comunicação e na interação propriamente dita.

A garantia da eficiência do ensino e da estruturação do conhecimento é obtida pela relação entre o aluno, o conteúdo e o tutor, e esta relação é facilitada por meio do MDI, segundo Moore e Kearsley (2010). Entretanto, só ocorrerá sucesso nesta

empreitada se o MDI e o AVA atenderem a teoria e a prática de ensino adequada ao curso a distância.

O planejamento, a implementação e a operação de um curso de EaD exige responsáveis pelo gerenciamento das informações e pela teoria de aprendizagem a ser aplicada. Assim, especialistas em conteúdo do curso e profissionais da área de educação (instrução) são elementos fundamentais para a composição da equipe de trabalho. (*idem*, 2010).

BASES TEÓRICAS DOS CURSOS DE TECNÓLOGOS

Partindo do princípio que a abordagem deste artigo envolve cursos de tecnólogos e que eles também são questionados como os cursos de EaD gerando problemas de toda a ordem para o seu conhecimento, é fundamental a verificação dos seus fundamentos teóricos.

Do exposto, partimos da visão empresarial que em última análise empregará ou não tal profissional. Qual é o efetivo reconhecimento do tecnólogo pelo mercado de trabalho?

A necessidade do domínio dos conhecimentos tácitos dos trabalhadores por parte das organizações sempre foi um desafio para as organizações com intuito da padronização e da independência do sistema organizacional ao trabalhador. Tais conhecimentos não formalizados (não prescritos) que se desenvolvem a partir da solução de problemas é uma busca constante para garantir maior produtividade e racionamento na execução das diversas tarefas. É difícil de identificar, mas tais conhecimentos tácitos devem ser descobertos.

Abreu (s/d) afirma que não é apenas o conhecimento tácito que afeta a qualificação profissional do trabalhador, mas também a cultura organizacional da empresa; o mercado de trabalho e a economia; as organizações populares; a organização/estrutura do sistema de educação profissional, e principalmente, o grau de incremento tecnológico do parque industrial. Estes fatores na constituição dos cursos da educação profissional não podem ser ignorados. Assim, ao construir o perfil profissional do egresso tem que ser considerado as competências, habilidades e atitudes que a profissão ou ocupação profissional tem no mercado de trabalho, inclusive com tais fatores da qualificação profissional citados por Abreu que terão que ser identificadas e trabalhadas no planejamento do curso. Ressalta-se que a tecnologia é uma das causas para alteração de perfis profissionais.

A organização do sistema de educação profissional influi na qualificação profissional tendo em vista que a instituição de ensino deve se aproximar das empresas de modo a identificar exatamente quais competências, habilidades e atitudes devem ser desenvolvidas no curso. Entretanto, cabe destacar o risco desta aproximação do curso se tornar um adestramento é razoável e em consequência a qualificação ficar mecanicista e distorcida com relação às necessidades do trabalhador.

Meister (1999 e 2005) fala que nos Estados Unidos a frustração é grande com a qualidade dos alunos egressos das instituições de ensino. A autora destaca a

ineficácia do Estado e do sistema educacional para qualificar a mão de obra requisitada pelo mercado de trabalho. Este problema é a razão para que várias empresas assumam a responsabilidade de tal formação com a educação corporativa. Esta posição também é a de Santos *et al.* (2009, p.69). A Confederação Nacional da Indústria também aponta tal problema e chega a falar em “apagão” de mão de obra. (CNI, 2010).

Mesmo considerando o discurso exposto, a educação corporativa acaba permanecendo no limite efetivo da especialização, treinamento e adestramento necessários a empresa tendo em vista que efetivamente formar exige política, altos investimentos e uma organização didático-pedagógica complexa que as instituições de ensino são as mais adequadas a oferecer e não as empresas.

O Decreto nº 2.208/97 regulamentou a educação profissional e estabeleceu o nível superior com a graduação em Tecnologia. Este decreto foi substituído pelo Decreto nº 5054/04 que não alterou tal determinação.

Os cursos superiores de tecnólogos formam profissionais para a produção e a inovação científico-tecnológica, bem como para a gestão de processos de produção de bens e serviços.

A Resolução CNE/CP nº 3/2002 estabeleceu os seguintes critérios para o planejamento e a organização dos cursos superiores de Tecnologia:

“O atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade; a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização; e a identificação de profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País”.

Analisando tais critérios constatamos uma proposta de curso direcionada para a execução de atividades de operação, ou seja, efetiva de produção de bens e serviços com um perfil profissional de egresso estruturado para as demandas do mercado de trabalho. Diante destes critérios, o cuidado principal para a organização do curso é evitar o risco de um “mini curso de bacharelado”, o que afasta o curso do objetivo. Esta tendência é fruto da qualificação do corpo docente que tem a formação e a experiência de bacharelado.

O primeiro passo para evitar o mini curso de bacharelado encontra-se na concepção do curso superior de tecnólogo estabelecida no “Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnólogos” (Decreto nº 5.773/06). Assim, para os cursos de tecnólogos em Gestão Pública temos:

“O tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo”.

Um segundo passo se refere à pesquisa e análise do mercado na qual o curso está inserido, principalmente com intuito de identificar o perfil esperado, mas também para determinar a prática a ser desenvolvida. O catálogo determina uma carga horária mínima de 1.600 horas para este tipo de curso (tecnólogo em Gestão Pública). Todos os cursos são autorizados, reconhecidos e terão as suas renovações de reconhecimento de acordo com o Decreto nº 5.773/06 e demais legislações da educação superior, bem como devem atender ao *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância*. (BRASIL/INEP, 2012).

REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

Sem possuir força de lei, os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior têm a finalidade de ajudar na preparação da documentação de ensino superior para regulação, supervisão e avaliação da modalidade de EaD. Os referenciais defendem que todos os cursos devem ter uma dimensão técnicocientífica direcionada ao mundo do trabalho e uma dimensão política cujo o foco é a formação para o exercício da cidadania (p.7).

Na página 8, os referenciais determinam que o Projeto Político-Pedagógico deve indicar a:

“concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; sistemas de comunicação; material didático; avaliação; equipe multidisciplinar; infraestrutura de apoio; gestão acadêmico-administrativa, e sustentabilidade financeira”, bem como os tópicos devem estar integrados e não isolados”

A interdisciplinaridade e a contextualização devem ser utilizadas na estruturação dos currículos de modo a evitar a fragmentação do conhecimento e dos processos sociais e naturais (p.9). O foco do processo pedagógico tem que ser o aluno, pois ele é a grande razão da existência do curso (p.10), enquanto o sistema de comunicação, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) devem integrar todas as mídias e o material didático impresso, ajudando e favorecendo a integração entre os professores, tutores e alunos (p.14).

Os referenciais alertam para a necessidade de um guia geral para que o aluno conheça e entenda todo o curso e seu itinerário. Aqui, o objetivo é o acolhimento do aluno e os referenciais destacam o seguinte a respeito do material impresso:

Com especial atenção, cobrir de forma sistemática e organizada o conteúdo preconizado pelas diretrizes pedagógicas, segundo documentação do MEC, para cada área do conhecimento, com atualização permanente;

Ser estruturado em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do aluno desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;

Prever, como já adiantado antes em outro ponto deste documento, um módulo introdutório – obrigatório ou facultativo – que leve ao domínio de conhecimento e habilidades básicos, referentes à tecnologia utilizada e forneça para o estudante uma visão geral da metodologia em educação a distância a ser utilizada no curso tendo em vista ajudar seu planejamento inicial de estudos e em favor da construção de sua autonomia;

Detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades de auto avaliação;

Dispor de esquemas alternativos para atendimento de estudantes com deficiência, e indicar bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem. (BRASIL,2007, p. 15-16)

Finalmente, os referenciais se referem à avaliação do estudante e da instituição. Na primeira a avaliação tem que ser um processo contínuo, procurando acompanhar sistematicamente o aluno com o objetivo de identificar dificuldades de aprendizagem.

A gestão acadêmica-administrativa e a sustentabilidade financeira são itens fundamentais para a avaliação institucional.

A MONTAGEM DO CURSO

A montagem se inicia com a constituição da equipe multidisciplinar, sendo o ponto mais importante a escolha do coordenador do curso. Assim, a seleção de um profissional para a coordenação com experiência em EaD e com experiência profissional na administração pública é essencial para a organização do curso. Ele é a instância executora e gestora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, pois a ele cabe o planejamento, acompanhamento, controle, orientação e supervisão das atividades didático-pedagógicas em consonância com o Projeto Político Pedagógico do curso (construído pela equipe), inclusive garantindo o cumprimento do calendário letivo. É fundamental esclarecer que a seleção de professores para o curso deve ter o aval e a aprovação desse coordenador. Outra atribuição do coordenador se refere à análise dos casos de isenção e equivalência de estudos solicitados pelos alunos.

O mesmo critério de perfil profissional descrito acima deve ser utilizado para a composição de toda a equipe multidisciplinar de docentes (conteudistas e de disciplinas) e tutores; não só para estruturar o curso, mas também desenvolver todos os recursos necessários para a construção do currículo; seu planejamento e implementação.

A coordenação e a equipe formada nessa base se torna forte, eficaz e eficiente. A preocupação com a especialização em EaD está intimamente relacionada com os padrões fundamentais do uso de tecnologia citados anteriormente (ver tabela 1). Os tutores têm o papel de ajudar os alunos (algumas vezes professores) com relação ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Os critérios citados para a equipe multidisciplinar não são suficientes para o planejamento do curso tendo em vista que os interesses diferenciados dos componentes da equipe têm que ser alinhados com os da instituição, de modo a sensibilizar e comprometer todos os participantes para a mudança cultural necessária para a execução de todo o trabalho. Assim, por meio de reuniões com abordagens sobre “o que é” um curso de tecnólogo, foi construída a missão e a visão de futuro da

equipe multidisciplinar. A construção do curso da AVM Faculdade Integrada foi realizada com base nos critérios e procedimentos citados.

O objetivo elaborado para o curso foi:

“Formar pessoal em gestão pública com competências, habilidades e atitudes para os quadros de nível superior da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, em conformidade com a política estabelecida pela Constituição Federal, bem como atender instituições públicas e privadas”. (AVM, 2013a)

De posse do objetivo foi possível trabalhar a construção do perfil profissional do egresso (AVM, *op.cit.*) com as competências, habilidades e atitudes necessárias para atender a Administração Pública, mas que não iremos descrevê-lo tendo em vista a limitação do artigo.

O passo seguinte foi trabalhar efetivamente o currículo, ou seja, foi elaborado o mapa que consta da figura 1 e que apresenta os quatro módulos do curso com as suas funções primordiais.

A partir do mapa foi possível discutir e estabelecer toda a organização do curso. Assim, o curso também foi estruturado para permitir certificações parciais. A tabela 2 apresenta a estrutura do curso onde pode ser constatado as citadas certificações. O curso ficou com carga horária superior ao mínimo legal previsto.

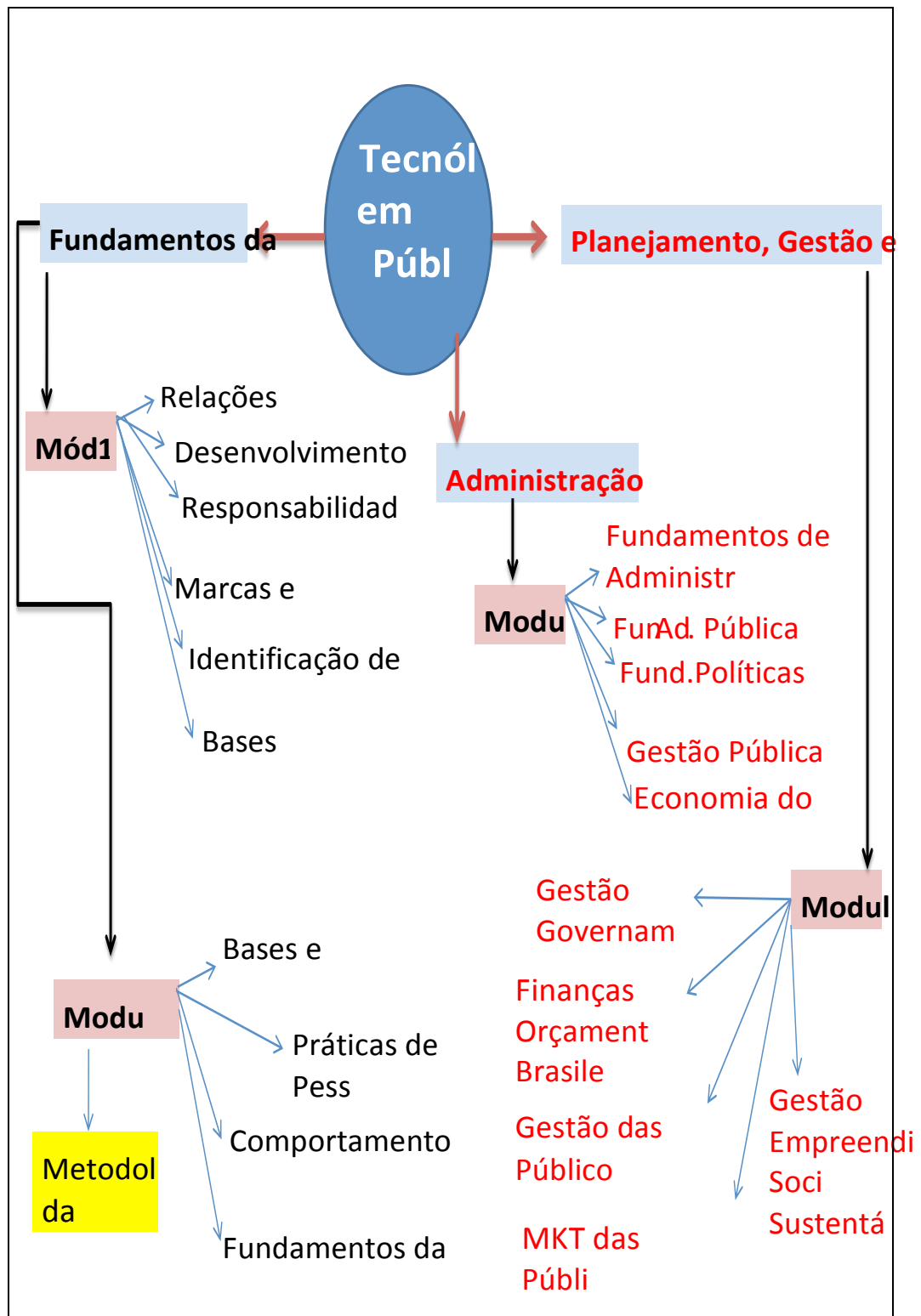


Figura 1 - Mapa mostrando a estrutura do curso

Tabela 2: Estrutura do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Módulo	Disciplinas	Carga Horária	Certificação
1 Fundamentos da Gestão	Teoria Geral da Administração	90	Qualificação Profissional em Responsabilidade Social Empresarial
	Comunicação Empresarial	90	
	Estatística Básica	90	
	Fundamentos de Marketing	90	
	Ética e Responsabilidade Social	90	
	Carga horária total do módulo	450	
2 Ferramentas da Gestão	Gestão de Tecnologia da Informação	90	Analista de Processos Gerenciais com a conclusão dos módulos 1 e 2.
	Práticas de Administração de pessoal	90	
	Fundamentos de Contabilidade	90	
	Comportamento e Cultura Organizacional	90	
	Metodologia da Pesquisa	90	
	Libras	30	
	Carga horária total do módulo	480	
3 Administração Pública	Fundamentos de Direito Administrativo	90	Analista em Políticas Públicas com a conclusão dos módulos 1, 2 e 3.
	Fundamentos da Administração pública Brasileira	90	
	Fundamentos de Políticas Públicas	90	
	Gestão Pública Contemporânea	90	
	Economia do Setor Público	90	
	Carga horária total do módulo	450	
4 Planejamento, Gestão e Finanças Públicas	Gestão Estratégica Governamental	90	Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública com a conclusão de todos os módulos.
	Finanças Públicas e Orçamentárias Brasileiras	90	
	Gestão das Parcerias Pública Privada (PPPs)	90	
	Gestão de Empreendimentos Sociais Sustentáveis	90	
	MKT das Organizações Públicas	90	
	Trabalho de Conclusão de Curso	90	
	Carga horária total do módulo	540	
Carga horária total do curso		1.920horas	
Fonte: AVM (2013 a e 2013b)			

A teoria de aprendizagem adotada no curso é a sócio-interacionista, que parte da realidade, atende às diversas variáveis socioambientais e se ajusta as interfaces do processo de aprendizagem com o auxílio de mecanismos tecnológicos de suporte. A dinâmica do curso para a promoção do estudo individualizado utiliza:

- A leitura do Caderno de Estudo (material impresso que apresenta o conhecimento básico);
- A realização dos exercícios e a leitura de material complementar *online* no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- A leitura do mapa mental e do material complementar na biblioteca virtual do AVA e no CD-ROM das disciplinas, e
- O acompanhamento das vídeo-aulas disponíveis no mencionado CD-ROM.

É importante ser destacado que um moderno curso de EaD deve ter na sua estrutura a possibilidade para a criação de ambientes de aprendizagem colaborativa. Assim, o *design* instrucional prevê atividades em grupo; encontros presenciais e ambientes virtuais que garantam a interatividade em todo o processo de aprendizagem.

O desenvolvimento da atividade colaborativa e a interdisciplinaridade ocorrem com o desenvolvimento em grupo de uma Atividade de Aprofundamento Acadêmico (AAA). Esta atividade acontece com cada grupo articulando o conteúdo trabalhado na disciplina com um tema gerador estabelecido para cada semestre, e cujo produto pode ser um *blog*, um vídeo, um *podcasting* ou uma apresentação eletrônica por parte do grupo.

Os tutores do curso dão o suporte e acompanham os diversos grupos na realização da AAA, enquanto os professores da disciplina (dentro da ótica sóciointeracionista) promove discussões assíncronas (fóruns de discussões disponíveis no AVA) e discussões síncronas (meio da ferramenta de chat no AVA). Estas discussões são temáticas e envolvem professores, tutores e alunos.

A proposta pedagógica só permite à matrícula em uma disciplina por mês de modo a facilitar o desempenho do aluno. No início da disciplina o aluno recebe um Plano de Estudo, onde consta todo o calendário de atividades a serem desenvolvidas no mês. Nele aparece os critérios de avaliação da disciplina.

Cada disciplina tem um encontro presencial mensal onde o professor tira todas as dúvidas dos alunos e desenvolve uma atividade em grupo. Todas as atividades planejadas estão em consonância com o preconizado nos referenciais de qualidade.

Finalmente, a avaliação é realizada com 70 % do total ocorrendo de modo presencial e o trabalho de conclusão de curso é um projeto ou um estudo de caso desenvolvido pelo aluno com a orientação de um professor.

CONCLUSÕES

A avaliação que o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública da AVM Faculdade Integrada recebeu do Ministério da Educação no seu reconhecimento foi ótima, principalmente nos itens referentes à organização didático-pedagógica; à

infraestrutura; à equipe multidisciplinar e à coordenação do curso, ou seja, um curso de alto nível.

Os pontos fortes que podem ser apontados numa análise específica são: a proposta pedagógica, o corpo docente e a tutoria, bem como a metodologia de EaD adotada, pois esta tem uma integração entre adequada entre o material impresso e a TIC.

A visão dos egressos sobre o curso também tem sido muito boa. Pode ser destacado as possibilidades do aluno realizar atividades para o desenvolvimento individual e para aprendizagem coletiva.

Os pontos negativos que o curso apresenta são: a falta de um acompanhamento de egressos estruturado/sistemático e a biblioteca física, embora exista uma biblioteca virtual no AVA. O que não é coerente para os critérios de qualidade do MEC, é a existência de uma biblioteca com livros impressos quando a nossa oferta é de EaD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cláudia Barcelos de Moura. *Mudanças no Mundo do Trabalho e Qualificação Profissional*: Um estudo de caso. Curitiba: texto mimeografado, s/d. 14 p.

AVM FACULDADE INTEGRADA. *Projeto Político-pedagógico do curso superior de tecnologia em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: AVM, 2013 a.

AVM FACULDADE INTEGRADA. *Ementário do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: AVM, 2013 b.

BELISÁRIO, Aluizio. O material didático na educação a distância e a constituição de propostas interativas. In: SILVA, Marco (org). *Educação online*: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2006

BRASIL. Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta § 2º art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta § 2º art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências.

_____. BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

_____. BRASIL. Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, 2007. Disponível:

<http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislação/refead1.pdf>. Acesso: 15 / 04/ 2012.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília: MEC, 2010. Site:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841 Acesso em: 14/05/2014.

_____. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância*. Brasília, Inep, 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) / SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA. *Boletim Estatístico de Pessoal nº 193*. Brasília, MPOG, MAI/2012. Site: www.mpog.gov.br, SET/2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA). *A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor*. Brasília, 2010, 235 p.

KRETZ, Francis. *Le concept pluriel d'interactivités ou l'interactivité vous laisse-t-elle chaud ou froid*. Bulletin de l'IDATE. Paris: Centro Georges Pompidou, nº 20, julho/1985. In: SILVA, Marco. *Sala de Aula Interativa: A educação presencial e à distância em sintonia com a Era Digital e com a Cidadania*. Rio de Janeiro, 2001. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande/ MS promovido pela INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

MOORE, M.G. *Editorial: three of interaction*. In: American Journal of Distance Education, 1989. Disponível em: <http://www.ajde.com/Contents/vol3_2.htm#editorial

MOORE, Michael, KEARSLEY, Greg. *Educação Distância: Uma visão Integrada*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCHRUM, Lynne. *Tecnologia para educadores: desenvolvimento, estratégias e oportunidades*. Tradução de Vera Ellert Ochsenholfer. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação a Distância e Programa Nacional de Informática na Educação, S/D. (Coleção Informática para a mudança na Educação).

SILVA, Marco. *Sala de Aula Interativa: A educação presencial e à distância em sintonia com a Era Digital e com a Cidadania*. Rio de Janeiro, 2001. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande/ MS promovido pela INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Site: <http://www.saladeaulainterativa.pro.br/cidadania.htm> . Acesso: 15/08/2014.

TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima, GARA, Elizabete Briani Macedo, MANDAJI, Mônica. *O Design Instrucional de Materiais impressos para EAD: Da construção à reconstrução*. Disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/97.pdf>>, Acesso em 31/10/2011.